

REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES NA AMAZÔNIA

Maria Francenilda Gualberto de Oliveira¹
Célia Oliveira de Carvalho²
Elane Cristina Lima da Silva³

RESUMO: O propósito do estudo centra-se em realizar uma breve discussão acerca da organização política dos pescadores no contexto Amazônico, dando ênfase as características singulares dos segmentos sociais da região, seu modo e vida e de gestão comunitária. Para tanto foi desenvolvido um aporte teórico que se pauta em um conjunto de literaturas e saberes produzidos em articulação e consonância com esses atores sociais em diferentes espaços sócio-culturais na Amazônia. Destacando que o debate sobre a organização política, vincula-se com a configuração dos movimentos sociais na busca de alternativas e estratégias para o atendimento às reais demandas dos grupos organizados.

Palavras-chave: Amazônia, organização política, pescadores.

ABSTRACT: The purpose of the study focuses on performing a brief discussion about the political organization of fishermen in the Amazonian context, emphasizing the unique characteristics of social groups in the region, and their way of life and community management. Therefore it developed a theoretical framework that is guided by a set of literature and knowledge produced in liaison and agreement with these stakeholders in different socio-cultural spaces in the Amazon. Noting that the debate on the political, linked with the setting of social movements in the search for alternatives and strategies to meet the real demands of the organized groups.

Keywords: Amazon, political organization, fishermen.

¹ Doutoranda em Ciência da Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Nacional de Rosário - UNR - Santa Fé – Argentina. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora titular do Centro Universitário do Norte

² Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Grupo de Estudo Sócio Ambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas, Brasil. Docente em Serviço Social no Centro Universitário do Norte-Uninorte/Laureate.

³ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas..

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como proposta desenvolver uma breve reflexão sobre a organização políticas dos pescadores na Amazônia. Deste modo, parte da análise que a repercussão da crise sócio-ambiental em esfera mundial incide diretamente sobre os espaços amazônicos, em face de seu singular ecossistema que abriga grande parte dos recursos naturais do planeta, em razão de sua extensão territorial.

Frente a isso, encontra-se também um mosaico de segmentos sociais, que chamam atenção pelo característico modo de vida, que interagem com este complexo sistema natural, por intermédio dos saberes praticando diferenciados modos de manejo dos recursos naturais locais.

A relação dos homens entre si e com natureza no âmbito das comunidades ribeirinhas é marcada pelas distintas formas de *gestão comunitária* desenvolvidas pelos grupos sociais regionais, gestão essa, que foi entendida no trabalho, como o modo singular de organização sociocultural, através dos quais os núcleos comunitários utilizam e relacionam os recursos locais (sejam eles: recursos naturais, financeiros e humanos) disponíveis em seus territórios.

Vale destacar que a breve discussão sobre a organização política dos pescadores na Amazônia, parte de aprofundamentos e inquietações teóricas que são frutos de anos de aproximação com a realidade das comunidades ribeirinhas na região, vivenciada por meio de atividades desenvolvidas em grupos de pesquisa, que resultaram em estudos de pós-graduação, dissertações de mestrado.

Assim, o trabalho tem como fundamento que a organização política dos pescadores precisa ser entendida em seus diversos aspectos: cultural, econômico, social e político a partir de uma perspectiva interdisciplinar, considerando suas transformações históricas ao longo do contexto da sociedade. Nesse sentido, pretende-se sinalizar questões referentes à organização política dos pescadores, destacando a importância desta para que estes tenham acesso ao direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros.

2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES

A educação como instrumentalidade para organização política para ser entendida, faz-se necessário percebê-la no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, de forma a se compreender as contradições existentes no seu contexto interno e externo no conjunto das relações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. Pois, entende-se que a construção da organização política dos pescadores, seus conflitos internos e externos é resultado do processo histórico que estes estão inseridos.

Segundo Aurélio (1999), a história da sociedade brasileira é marcada pela crise macroeconômica, a qual articulada com forças políticas defende interesses políticos deixando, para segundo plano, propostas que garantam resultados positivos de melhoria da qualidade de vida da população. Nesses termos, vale enfatizar a necessidade de pensar o papel do Estado, em sua dimensão democrática, de forma a possibilitar a construção de um projeto de sociedade, fundada numa nova relação estado e sociedade, o que exige a compreensão.

O autor continua discutindo que são diversas as inquietações e questionamentos que envolve essa relação, porém pensar em uma agenda política, exige repensar o papel do Estado, definindo uma postura que garanta uma atuação democrática em seu sentido pleno.

Dessa forma, destaca-se a organização política, como questão significativa no conjunto das discussões teóricas que se fazem no contexto da academia, mais especificamente, relacionados com a organização política como instrumentalidade para o fortalecimento de organizações sociais no processo de tomada de decisão e conquistas de políticas públicas.

Segundo Campos (1993), até meados de 1985 o movimento da pesca caracterizava-se de forma não autônoma, mas a partir desse período dá-se início a uma organização dos pescadores mais independente. Nesse período, os pescadores que ora tomavam a liderança do movimento tinham clareza da necessidade de maior organização, no sentido de não perderem a oportunidade que o momento permitia. Para tanto, o desafio era se *firmar como categoria de trabalhadores e, demonstrar sua força organizativa.* (1993, p.241)

Mello (1995) afirma que os pescadores enquanto classe trabalhadora tem se articulado para se posicionar contra um conjunto de situações adversas, extremamente conflituosas compreendendo perdas consideráveis que vão desde

a posse de áreas tradicionais de pesca até a concorrência de métodos mais modernos de apreensão e monopolização do mercado de pescado por comerciantes *não-pescadores* que se instalam no conjunto da atividade pesqueira.

No contexto atual, os pescadores ganham vulto na discussão das diversas políticas de desenvolvimento ora pensada para a região – no que se refere o setor pesqueiro - a partir disso a questão que ganha centralidade é o recurso que é reconhecido como gerador de riqueza, o peixe. Nesse processo, o pescador enquanto agente social é reconhecido como sujeito detentor de direitos e deveres, porém esse reconhecimento ainda apresenta fragilidades. Assim, faz-se mister debater sobre como se estabelece a relação Estado e Sociedade Civil, tendo em vista que é nesta relação que se estabelece a correlação de forças, bem como se estabelece as relações de poder no processo de tomada de decisão.

2.1 Organização Política: relação Estado e Sociedade Civil

Para tratar da organização política na atualidade, faz-se necessário contextualizar as problemáticas e desafios que se apresentam na sociedade. Nesse sentido, destaca-se a argumentação de Morin (2003) ao afirmar que a sociedade vivencia um quadro de imprevisibilidade diante dos grandes acontecimentos no mundo global, o qual carrega em seu processo histórico um conjunto de contradições que delineia um quadro ainda mais conturbado para o futuro.

Morin (2003) enfatiza que uma forma de sinalizar questões importantes no que se refere ao esforço de pensar estratégias de enfrentamento das problemáticas que atingem o contexto global da sociedade é a organização política. Pois, esta se configura como um instrumento de luta centrada na possibilidade de construção e consolidação da cidadania, uma vez que, é inimaginável pensar em mudança social sem de fato haver a consolidação da cidadania. No entanto, falar nessa consolidação nos remete a discutir a educação como possibilidade de participação ativa e efetiva.

Partindo dessa premissa, Demo (2001), aponta a necessidade de trabalhar a organização política como um ponto decisivo no confronto entre sociedade e Estado, já que este último direciona sua atuação para manutenção do seu papel controlador, manipulando a primeira em favor de seus interesses. Assim, a organização política como um canal de luta pela conquista de direitos, se constitui

como questão fundamental para compreender os processos de luta por direitos, bem como o modelo de organização estabelecida em nossa sociedade, o qual se configura como modelo centralizador, despolitizante, burocrático, em que os próprios espaços de luta, bem como os participantes desses espaços são definidos a partir da força que o Estado consegue exercer até mesmo no bojo dos movimentos sociais.

Vale destacar, que esse modelo ocasiona um quadro em que as organizações sociais (entendida do ponto de vista de organização política) se apresenta de forma fragilizada, principalmente, em decorrência da dificuldade da educação formal dos líderes dos movimentos sociais, a exemplo dos pescadores ribeirinhos. Nesse contexto, ressalta-se que a educação se constitui como um instrumento de possibilidade de fortalecimento da democracia, possibilitando acesso e conquista de espaços políticos de tomada de decisão para reivindicação de direitos.

Ademar Borgo (2005), tratando dessa questão, considera que, atualmente, vivencia-se uma apatia política nas organizações de classe, resultado da crise que estabeleceu no instrumento condutor dos processos revolucionários - a queda do socialismo – dificultando o estabelecimento de pontos de referência que firme as convicções de caráter revolucionário, o que afeta os diversos movimentos sociais de forma global, principalmente. Porém, conforme afirma Borgo,

É preciso retomar as lutas de massas, reconstruir as convicções voltadas para os desafios de nosso tempo, respeitar a cultura local, formular métodos adequados, multiplicar lideranças, reafirmar princípios interligados com a ética revolucionária, estabelecer valores a serem praticados e desenvolver uma mística que alimente e unifique a vontade de chegarmos do outro lado das crises, vitoriosos. (2005, p.10)

Nessa perspectiva, a organização é marcada pela história em que classes sociais se organizaram na luta pela solução das problemáticas vivenciadas forçando o próprio Estado a reconhecer e assumir legalmente os direitos reivindicados.

Destarte, a capacidade de organização se dá na condução de uma luta em todas as suas fases: nos conflitos e combates econômicos, políticos, ideológicos e culturais. Reis (2000) em consonância com Borgo (2005) destaca que uma problemática vivenciada no processo de organização dos movimentos refere-se à questão prática, sendo percebida como algo inerente à própria atividade política.

Pois, no que se refere a questão prática, a organização política abrange apenas a cidadania civil, a qual reside exclusivamente no voto, em que outras formas de participação são excluídas, ou muita das vezes desencorajadas.

Na perspectiva gramsciana, destaca-se a problemática social fundada no antagonismo existente na relação entre representante e representado, onde o caráter econômico de interesses particulares se sobressai, estimulando conflitos internos e externos – de uma dada organização. Gramsci tratando mais especificamente da luta de classes, afirma que *à disputa de classes fica assim explicada como um fenômeno multívoco, cujas diversidade e complexidade aumentam com a diversidade e a complexidade das sociedades.* (CAMPIONE, 2003)

Seguindo essa percepção, o Estado, como aparelho ideológico hegemônico de poder e dominação, explicaria a fragilidade das organizações políticas, pois ao mesmo tempo em que este viabiliza políticas para atender a demanda social, ao não se responsabilizar, ocasiona a *despolitização voluntária* de setores sociais. Assim, as organizações vivenciam conflitos diversos.

Campione (2003) destaca que o Estado prega a subalternidade, porém afirma que a sociedade possui liberdade e capacidade de organização, o que pode se dá por meio de uma educação plena, ou seja, a partir de uma educação que extrapole o ler e escrever, mas que possibilite leitura e interpretação do mundo. Pois, do contrário, o Estado, numa correlação de forças com a sociedade civil, se empenha para proporcionar a desmobilização política das organizações e da população como um todo, uma vez que, para o Estado, tal desmobilização é fundamental como estratégia de legitimação.

Tal questão, segundo Jacobi (1989), pressupõe, inicialmente, o esclarecimento do que se entende por organização política, inserido num conjunto de co-relação de força entre o Estado e sociedade, especificamente, as classes desfavorecidas que no seu sentido amplo incorpora a participação e a liderança, enquanto elementos-chave do processo organizativo. É nesse contexto de luta por direitos (legitimidade de representação/participação, acesso a direitos sociais de base entre outros), que nascem novas formas de organização, com conteúdos e formas diferenciadas de mobilização e articulação que conquistam espaços de poder fora ou dentro do Estado, tendo a democracia como um pólo catalisador, unificador dessas organizações.

Com isso, Souza (1991), afirma que a organização política deve ser compreendida como uma *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, *percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos*, em que a consciência se constitui como um elemento imprescindível na condução da organização.

Dessa forma, a organização constituindo-se como uma dimensão de *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, “*percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos*”, necessita ser apreendida no contexto global da sociedade. (SOUZA, 1991, p.93)

Tal organização entendida como a capacidade de participação nas lutas sociais por discussão e proposição de políticas públicas junto ao Estado, nas suas diversas instâncias – municipal, estadual e federal – sinaliza que as organizações tem se configurado como instrumento na busca de alternativas para enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela populações amazônicas.

Referente a essa questão Chaves (2003) argumenta que no plano da tomada de decisões, alguns segmentos sociais, diante dos segmentos com maior poder de organização e força política na esfera econômica e política, intensificam sua participação na defesa de interesses particulares. Vale destacar, que as ações institucionais organizam-se baseadas em princípios diversos, onde os quadros técnicos de profissionais assumem diversificados posicionamentos políticos e práticas sociais.

Referente a esse processo organizativo, Chaves (2003) aponta a necessidade de discutir a questão da participação, uma vez que esta se consubstancia em fio condutor da práxis nas organizações. Tendo em vista que a participação é o próprio processo de recriação do homem ao pensar e agir sobre os desafios com os quais se defronta.

2.2 Participação: construção política no espaço de tomada de decisão dos pescadores no contexto amazônico

No que concerne a participação, nos últimos anos, na sociedade como um todo, a palavra participação ganha força nos discursos conservadores que, em nome do desenvolvimento econômico e utilizando-se dos instrumentos de dominação estimulam a participação alienada, onde as pessoas são educadas a

aceitar sem questionar. Essa forma de participação conduz os indivíduos a adotar de modo impositivo novos valores, hábitos e costumes em detrimento dos seus próprios. Há, portanto, que se criticar a forma como vem se caracterizando a participação sob a regência de determinadas políticas públicas. Pois, na maioria das vezes, estas não passam de vagas consultas à população como forma de legitimar interesses dissociados dos referidos agentes que servem muito mais como massa de manobra que como cidadãos. (DEMO, 1999)

Vale enfatizar que a participação se constitui num processo, de caráter essencial para a mudança da qualidade de vida das populações empobrecidas pelo sistema, que possibilita a transformação do crescimento econômico em desenvolvimento. Na condição de processo, a participação demanda uma construção gradual, contínua – *um constante vir-a-ser* (Demo, 1999) que depende do potencial organizativo dos envolvidos, mas também dos mecanismos e estratégias de enfrentamento adotado ante o poder dos opositores, enfim da correlação de forças vigentes. Portanto, além de processo, a participação tem caráter relacional em razão de apresentar-se em meio a um jogo de forças políticas e sociais.

Para Chaves (2003), a participação que conduz a construção da cidadania, requer a atuação de todos os agentes sociais envolvidos, onde as lideranças assumem uma mediação da ação. Nessa perspectiva, a *liderança* - como aquele agente reconhecido por seu grupo - compete agir em direção a busca de soluções coletivas. Esta visão representa uma crítica às práticas daquelas lideranças que atuam em direções incompatíveis com os interesses e necessidades do grupo ao qual representa. Pois, no jogo da luta e defesa de interesses é perceptível que estes interesses não são defendidos de fato, conforme já sinalizado.

Todavia, entende-se que as práticas organizativas não se alinham sempre na mesma direção, apresentam a mesma forma de manifestação ou conteúdo político, ao contrário, denotam uma pluralidade de experiências sociais e mesmo de ambigüidades.

3. CONCLUSÃO

A reflexão que permeia acerca da construção da história da organização política dos pescadores ribeirinho no contexto amazônico nos remete a apresentar o contexto em que esta organização surge. Assim, vale informar que este

processo de organização, tem como um dos elementos importantes a enfatizar o processo de colonização que é marcada pela exclusão e discriminação da população existente no continente.

No que tange entre as diversas mudanças ocorridas no processo de organização da atividade pesqueira, primeiramente aponta-se os conflitos desencadeado dos rebatimentos a partir das diversas políticas de desenvolvimento para a Amazônia, que contribuíram para o acirramento de diversas problemáticas vivenciadas pela população amazônica, entre estas os pescadores.

A história de luta e de organização dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros os quais passam a se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca, haja vista que ainda há grandes problemas referente a falta de organização e de regulamentação no setor da pesca. Nesse contexto, vale destacar que a organização política dos pescadores é resultado de um conjunto de mudanças ocorridas ao longo da história da região nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, provenientes da dinâmica social interna das comunidades, mas também das dinâmicas dos contextos sócio-econômicos e políticos da região e do país.

Assim, a organização política construída coletivamente, apesar de muitas vezes de forma conflituosa, tem possibilitado as populações terem acesso no mínimo de direitos sociais. E para possibilitar essa organização os pescadores se associam nas Colônias de Pescadores, Associações e outras organizações para terem acesso aos benefícios sociais como “seguro defeso” entre outros benefícios da previdência, bem como financiamentos.

Destarte, tem sido notório a inserção política dos pescadores nos fóruns de tomada de decisão para a proposição de políticas adequadas, havendo maior interesse, por parte do Estado, da participação dos movimentos de pescadores nesse processo para legitimarem as políticas voltadas para o setor, principalmente, no que concerne o manejo do recurso pesqueiro.

Visto que, ao longo dos últimos 30 anos, os movimentos sociais da pesca vem construindo sua história de luta que se dá a partir da: luta contra as adversidades enfrentadas no cotidiano; resistência ao modelo de gerenciamento das colônias de pescadores, as quais eram comandadas por não pescadores; luta

pelo direito de uso dos recursos pesqueiros; e, de acesso a bens e serviços sociais.

Os movimentos sociais de pescadores, apesar de não aparecer na história dos movimentos sociais na região, apresentam momentos importantes na história de participação de pescadores nos movimentos políticos ocorridos no Brasil desde o período colonial até o processo de *constituição da sociedade brasileira, destacadamente o seu envolvimento em movimentos políticos mais amplos.* (MELLO, 1995, p. 23)

4. REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

BOGO, Ademar (org.). Teoria da Organização Política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mão. São Paulo: Expressão Popular, 2005

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. IN: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pgs. 51-66)

CAMPOS, Antônio João Teixeira. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. (p. 231 – 242).

CHAVES, Ma, do P. Socorro R. Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas – São Paulo, tese de Doutorado – UNICAMP/CIREC, 2003.

DEMO, Pedro. Pobreza Política:. 6ª ed. Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001.

MELLO, Alex F. De Movimentos Sociais na Pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995. (p. 19 – 39)

MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MORIN, Edgar. Terra-Pátria. Traduzido por Paulo Azevedo Neves da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1991.